

# Situação do ensino pode piorar

Educação JORNAL DE BRASÍLIA

Previsão é do ministro Murílio Hingel, que já vê a situação muito grave

6 JUL 1993

O ministro da Educação, Murílio Hingel, classificou ontem de grave o problema do ensino público no País. Ele afirmou que a situação tende a piorar caso a sociedade não se mobilize contra a iniciativa de prefeitos de Minas Gerais, que querem excluir da Constituição a obrigatoriedade de os municípios destinarem à educação 25% de sua arrecadação em impostos. "Temos que conter este movimento que prejudicará o futuro de nossas gerações", pediu Hingel, durante o lançamento da publicação "Educação e Desenvolvimento Municipal", que aponta 15 municípios como exemplos de qualidade de ensino.

Hingel afirmou que a criança é a prioridade número um do MEC. Ele revelou que as regiões Norte e Nordeste são as que têm o maior número de municípios inadimplentes, os quais ainda não prestaram contas de convênios assinados com o Governo. "Alagoas e Sergipe são os maiores devedores", disse, sem apresentar números. O ministro da Educação garantiu que, em 1994, não faltarão vagas para as crianças no ensino fundamental.

Ao anunciar que este ano serão inaugurados 360 Centros de Atendimento Integral à Criança (Caic), programa que no Governo do ex-presidente Fernando Collor tinha como meta construir cinco mil centros até o final de 1994, o

ministro criticou as escolas particulares. "Há algum tempo temos sentido que há um movimento para desmoralizar as escolas públicas", afirmou. "Curiosamente, este movimento vem das escolas particulares", disse. Hingel pregou a necessidade de reverter a situação, elevando a qualidade do ensino nas escolas públicas.

**Exemplos** — Ao participar do lançamento da publicação "Educação e Desenvolvimento Municipal", Hingel ratificou a posição do MEC em favor do pacto pela infância junto ao Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unifec). A publicação registra ações de 15 municípios que tiveram êxito em programas de educação, que resultaram no aumento da qualidade do ensino e a diminuição do índice de evasão e repetência. Os exemplos se referem às cidades de Ijuí (RS), Maringá (PR), Marechal Cândido Rondon (PR), Vitória (ES), Jaguarié (ES), Belo Horizonte (MG), Varginha (MG), Conchas (SP), Resende (RJ), Jaboatão (PE), Icapuí (CE), Iguatu (CE), Inocêncio (PI) e Nacional de Capivara (PI).

Em Resende, por exemplo, aumentou-se o período letivo de 180 para 235 dias. Além disso, a prefeitura oferece bolsa de estudos para os alunos que não conseguiram vagas nas escolas. Já em Ijuí, criou-se um sistema de trans-

porte gratuito de estudantes que percorre diariamente 1.680 quilômetros por estradas precárias em terrenos bastante acidentados. Em Conchas, a prefeitura criou escolas comunitárias para atender crianças de rua. A escola tem período que vai das 7h30 às 15h30, e fornece café da manhã, almoço e lanche.

**Universidade** — os técnicos do Governo estão estudando uma fórmula que garanta às escolas particulares o reajuste das mensalidades vinculado à política salarial, mas com o cuidado de permitir o repasse dos aumentos dos custos, para não tornar as escolas inviáveis economicamente, e ao mesmo tempo proteger pais e alunos de eventuais abusos no reajuste das mensalidades. A nova proposta está sendo finalizada no Ministério da Educação com base em sugestões recebidas das partes envolvidas e deverá estar concluída até o final desta semana, informou ontem o secretário-executivo do MEC, Rubens Vainello, que está coordenando os trabalhos.

O novo anteprojeto de lei a ser encaminhado ao presidente Itamar Franco, que rejeitou o projeto inicial porque ele previa a indexação das mensalidades, terá preocupação maior com a criação de mecanismos que coibam os abusos, com fiscalização mais intensa.